

CARLOS HEITOR CONY E AS CRÔNICAS DE RESISTÊNCIA AO GOLPE MILITAR DE 1964

Maurício Guilherme Silva Júnior

Doutor em Literatura Brasileira do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários /
UFMG

RESUMO

O presente artigo investiga as estratégias narrativas utilizadas pelo escritor Carlos Heitor Cony nas crônicas do livro *O ato e o fato*, publicado em 1964, ano de eclosão do Golpe Militar que levaria o Brasil a 21 anos de regime ditatorial. Em seus textos, o autor busca ampliar a capacidade (estética) da crônica em promover a resistência ao movimento autoritário.

PALAVRAS-CHAVE

Literatura brasileira, crônicas, Golpe Militar de 1964,
Carlos Heitor Cony

INTRODUÇÃO

Em março de 1964, eclodia no Brasil o Golpe Militar, definido pelo escritor e jornalista carioca Carlos Heitor Cony como “a revolução dos caranguejos”.¹ Na irônica expressão, destaca-se, conforme se pode perceber, o conservadorismo inato ao inesperado movimento “verde-oliva”, que, aos olhos do autor, “caminhava para trás”. Desde os primeiros instantes da “quartelada” – que levaria a nação a 21 anos de autoritarismo, repressão e censura, assim como ao esfacelamento dos princípios de cidadania fundamentais à ordem social –, um irrequieto Cony, então cronista do jornal *Correio da Manhã*, transforma-se na voz, ferina por excelência, capaz de estimular diariamente, em milhares de leitores, o “exercício vital de oxigenação”.²

¹ CONY. *O ato e o fato* – o som e a fúria das crônicas contra o Golpe de 1964.

² VERISSIMO. A última ironia, p. 9.

Autor, até então, de seis romances e um livro de crônicas – *O ventre* (1958), *A verdade de cada dia* (1959), *Tijolo de segurança* (1960), *Informação ao crucificado* (1961); *Matéria de memória* (1962) e *Antes, o verão* (1964) e *Da arte de falar mal* (1963) –, Cony passaria a exercitar a “arte” de problematizar os rumos da “nau” política, social e econômica do País em meio ao inusitado e tormentoso mar que se afigurava. Já no dia 2 de abril daquele fatídico ano, em sua coluna fixa no jornal, o cronista publica “Da salvação da pátria”, texto em que revela perplexidade diante da “arcaica novidade” política: “Posto em sossego por uma cirurgia e suas complicações, eis que o sossego subitamente se transforma em desassossego: minha filha surge esbaforida dizendo que há revolução na rua.”³

O inesperado burburinho da “revolução” faria com que, a partir dali, um surpreso Cony – que, diga-se de passagem, não se filiara a grupos políticos ou a propostas categoricamente ideológicas – passasse a descrever e questionar, por meio da palavra, as muitas incongruências do regime militar instaurado no Brasil. Trata-se do golpe de Estado cujos alicerces remontam, na visão do autor, à “mesma divisão esquemática que cindira a Convenção Francesa, quase dois séculos antes”.⁴

Diante da nação sitiada, os olhos do cronista anseiam por denunciar não apenas a repressão dos militares – e sua miríade de ordenamentos –, mas também os efeitos da máquina capitalista sobre o “ser” e o “fazer” dos cidadãos da nação periférica. Os textos de Cony no *Correio da Manhã* servirão de sátira ao país regido por “inteligências” e princípios ideológicos diversos, do autoritarismo que se avizinha, a partir da “revolução dos caranguejos”, às práticas dos antigos baluartes do interesse nacional: a classe média e seu permanente desejo de consumo; a *intelligentzia*, superficial e maniqueísticamente dividida entre “esquerda”, “direita” ou “centro”; e a alta burguesia, ansiosa por integrar-se ao vasto capital mundial.

Em meio à complexidade do cenário sociopolítico pós-1964, Cony passaria, em seu ofício de cronista, a observar e descrever os intempestivos “arredores” da Pátria. Importante ressaltar, porém, que tal posicionamento vai de encontro a muito do que dele se esperava até então. Trata-se, afinal, do autor que, em fins dos anos 1950 – período de sua estreia literária – e início da década de 1960, parece não demonstrar interesse pelos “vãos e desvãos” da política nacional.

³ CONY. *O ato e o fato* – o som e a fúria das crônicas contra o Golpe de 1964, p. 11.

⁴ CONY. *A revolução dos caranguejos*, p. 7.

Em sua coluna diária no *Correio da Manhã*, intitulada “Da arte de falar mal”, o autor acostumara-se a abordar temáticas aparentemente banais, do destino da ossada de Dana de Teffé às divertidas peripécias de um certo “escritor sem livros”, a vagar pelo Rio de Janeiro em busca de “público e amor”.⁵ O próprio título da seção revela o teor provocativo dos textos, muitos dos quais seriam reunidos, pelo autor, em livro homônimo, lançado nos idos de 1963.

Mesmo diante de acontecimentos como a renúncia de Jânio Quadros ou as celeumas em torno do governo João Goulart, o cronista revelava-se esquivo, soturno, silente, a ponto de ocupar, na vida cultural brasileira, uma espécie de “não-lugar” – posto que distante dos “assuntos da nação”, sempre recheados de articulações políticas, partidárias e/ou ideológicas. À época, aliás, muitos seriam aqueles a taxá-lo de alienado, justamente, por não se posicionar quanto aos diversos problemas do País.

Após a instauração do Golpe Militar, contudo, transmutam-se os sentidos do conceito de “não-lugar”, que passa a designar, tão somente, a pouca disposição de Cony, como escritor e jornalista, em estabelecer vínculos dogmáticos, passíveis de lhe coibir, direta ou indiretamente, o livre exercício do pensamento. Ressalte-se, porém, que, mesmo no período anterior à eclosão do “movimento verde-oliva”, ao recorrer a temáticas visivelmente comezinhas, o cronista pretendia, a seu modo, estimular a discussão em torno de uma série de questões comportamentais e, na essência, também sociopolíticas.

Nesse sentido, para além da louvação estética do cotidiano, o autor entregava-se à inquirição do(s) modo(s) de vida dos indivíduos no interior de sociedades periféricas, marcadas pela rotina de violência, desemprego e desigualdade. Em seus textos, perseguia, assim, a *moldura fundamental* – expressa em assuntos leves, corriqueiros, próximos ao leitor –, em que indagações filosóficas e sociopolíticas pudessem melhor se conformar.

A partir de 1964, tais “molduras” são obrigadas a se modificar, pois que a violência a ser combatida revela-se escancarada, e os textos do cronista – apesar da recorrência à ironia, à metáfora, à analogia, etc. – tornam-se mais informativos, contestatórios, articulados aos acontecimentos (sociopolíticos) do carrilhão da história. Seu olhar, antes afeito à aparente simplicidade da vida, passa a perquirir os gerais no poder e as reações sociais às iniciativas de tais governantes. Em outros termos, com a

⁵ CONY. *Da arte de falar mal* – o som e a fúria das crônicas contra o Golpe de 1964, p. 62.

eclosão do Golpe Militar, as crônicas de Cony no *Correio da Manhã* transformam-se numa espécie de *front* de resistência às “honradas autoridades militares (...) preocupadas com a *popularidade* do movimento que institucionalizou o golpe da força que elas (as autoridades militares) insistem em classificar de revolução”.⁶

De 2 de abril a 9 de junho de 1964, o autor escreveria as 37 crônicas de resistência ao regime autoritário que, naquele mesmo ano, seriam reunidas e publicadas no livro *O ato e o fato*, objeto de análise do presente artigo. Em tais narrativas, o cronista não apenas problematiza as iniciativas dos militares no poder, mas também, e principalmente, elabora seu “testemunho” acerca dos movimentos em meio à nação sitiada.

Justamente como forma de investigar os testemunhos do cronista Carlos Heitor Cony, referentes ao Golpe Militar de 1964 e às suas reverberações políticas, sociais, culturais, artísticas, econômicas, etc., buscou-se, neste artigo, a análise de três estratégias narrativas de Cony, efetivadas nos chamados “textos de resistência” do autor – presentes em *O ato e o fato* (1964) –, as quais pretenderiam a ampliação da capacidade (estética) da crônica em problematizar, eticamente, o movimento autoritário “verde-oliva”.

Como hipóteses centrais do presente estudo – estruturadas a partir das leituras de crônicas e demais textos de Carlos Heitor Cony contra o Golpe Militar de 1964 –, partiu-se, em primeiro lugar, do pressuposto de que o “espaço” da crônica, enquanto gênero narrativo, teria se transformado em “território” (estético) propício à discussão (ética) da realidade sociopolítica do País sitiado.

Em outros termos, trata-se da ideia de que, pelas mãos do cronista, os elementos responsáveis pela peculiar “aclimação”⁷ do gênero no Brasil – da concisão à gratuidade; da ironia ao humor etc. – estão a cargo, no “cronismo” resistente de Cony, da interpretação dos “movimentos” do tempo histórico. Desse modo, a narrativa acabaria por se transformar na “seara” de convívio, polissêmico e plurissignificativo, não apenas entre literatura e jornalismo, mas também entre cotidiano e história, micro e macropolítica, etc.

CONY E A PLURISSIGNIFICAÇÃO DA CRÔNICA

⁶ CONY. *O ato e o fato* – o som e a fúria das crônicas contra o Golpe de 1964, p. 42.

⁷ CANDIDO. *A vida ao rés-do-chão*.

Boa parte dos elementos constituintes da crônica enquanto “gênero narrativo autônomo” no Brasil – tais como a concisão, a gratuidade, a ironia, o humor, a despreensão temática e, ainda, a descrição poética das mazelas e tragédias cotidianas – aparecerá, ora condensada, ora supervalorizada, no cronismo de Carlos Heitor Cony. Declaradamente seguidor de Machado de Assis – (...) “o maior de todos” (...), “que fazia uma crônica bastante eclética, pulando de um nicho ao outro e, muitas vezes, absorvendo num único texto todos os segmentos, inclusive o literário”⁸ –, o autor comenta, em entrevista ao jornal *Extra Classe*:

A crônica é um gênero tipicamente marginal, pois não pertence ao jornalismo, por não conter informação, e também fica à margem da literatura, por ser vista como um texto menor. Temos que entender que a crônica é um fenômeno tipicamente brasileiro, que não existe equivalente lá fora. No exterior, existe o artigo e a resenha. (...) Machado de Assis foi mestre nesta área. Ele foi maior cronista do que contista. Mas como a crônica é considerada um gênero menor, ninguém fala nada. Rubem Braga, Humberto de Campos, Paulinho Mendes Campos também foram grandes cronistas.⁹

Além da revelação dos cronistas que considera significativos – e da defesa da crônica como “fenômeno tipicamente brasileiro” –, Cony realiza apontamento caro à discussão que aqui se inicia: devido à sua dificuldade de definição, já que não exclusivamente ligada ao “literário”, nem ao “jornalístico”, a crônica estaria relegada à “marginalidade”. Discutido sucintamente pelo autor, tal pressuposto destaca não apenas o pensamento do “cronista Cony” acerca de seu ofício diário, como remonta aos principais desafios conceituais enfrentados pela crítica especializada.

Ao longo das décadas, muitas seriam as propostas concebidas para definição da crônica enquanto gênero narrativo. Pode-se dizer, inclusive, do desenvolvimento de três “vertentes” básicas para compreensão de sua natureza (temática e estrutural): a *primeira* “corrente” reúne os autores que definem a crônica como “subgênero do jornalismo opinativo”, pois que a percebem como narrativa capaz de concentrar, numa mesma seara, a objetividade do noticiário e a subjetividade do cronista/narrador; a *segunda* diz respeito aos pesquisadores que a categorizam como gênero tipicamente literário e chegam, até mesmo, a delimitar suas diferenças em relação ao conto, à poesia e ao

⁸ CONY. *A crônica como gênero e como antijornalismo*, p. E14.

⁹ Disponível em: <<http://www.sinpro-rs.org.br/extra/set97/entrevis.htm>>. Acesso em: 24 de maio 2009.

romance; por fim, a *terceira* vertente de análise refere-se aos estudiosos que definem a crônica como gênero autônomo, híbrido, plurissignificativo.

Ao comentar a proposta de certos autores da *primeira* corrente – que veem a crônica como gênero tipicamente jornalístico –, Cony¹⁰ realiza importantes revelações acerca da natureza do gênero:

Dizem que se trata de produto típico do jornalismo brasileiro, mas não exclusivo. Sendo por definição um texto datado, tem fases, sacrifica-se a modismos, mas, devido à elegância ou habilidade de seus cultores, consegue sobreviver em diferentes manifestações pleonasticamente crônicas: como gênero (crônica) e como vinculada a um tempo (crônica também).¹¹

Carlos Heitor Cony chega mesmo a categorizar – mas de modo informal, não acadêmico – as diversas possibilidades da “crônica jornalística”. Desse modo, o autor diferencia o gênero de outras narrativas também presentes nos diários de notícia:

Temos a crônica esportiva, a social, a policial, a política, a econômica. Elas se diferenciam do “artigo” porque é basicamente centrada num eixo permanente: o “eu” do autor. Daí que o gênero é romântico por definição e necessidade.

O artigo procura a objetividade, a clareza, o raciocínio, o desdobramento de premissas e uma conclusão. Baseia-se na fonte de informação cultural ou factual, expressa-se numa linguagem apropriada para ser uma coisa e outra, ou seja, objetiva e informativa.

Já a crônica, gravitando em torno dos mesmos segmentos (política, esporte, economia, polícia, sociedade etc.) tem menos ou nenhum compromisso com a objetividade ou a informação. Sua validade (nunca a necessidade) dependerá da qualidade do texto em si. Há cronistas esportivos de excelente texto (Mário Filho e Nelson Rodrigues no passado, Armando Nogueira hoje), como há bons cronistas em cada um desses nichos jornalísticos.¹²

Interessante observar que, ao longo de sua trajetória, o próprio Cony exercitaria o ofício em todas as possibilidades por ele identificadas. Que o digam as oito coletâneas¹³ de crônicas publicadas pelo autor, nas quais é possível perceber grande variação temática e estrutural. À exceção de *O ato e o fato*, em que todos os textos têm conotação política, os demais livros apresentam crônicas – algumas extensas; outras curtas e/ou curtíssimas – sobre assuntos os mais diversos: das doces reminiscências do

¹⁰ CONY. *O suor e a lágrima*.

¹¹ CONY. *A crônica como gênero e como antijornalismo*, p. E14.

¹² CONY. *A crônica como gênero e como antijornalismo*, p. E14.

¹³ Referência aos livros *Da arte de falar mal* (1963); *O ato e o fato – crônicas políticas* (1964); *Posto seis* (1965); *Os anos mais antigos do passado* (1998); *O harém das bananeiras* (1999); *O suor e a lágrima* (2002); *O tudo e o nada* (2004) e *Eu, aos pedaços* (2010).

autor aos irônicos comentários acerca da sociedade (principalmente, carioca); das divagações metafísicas ao rápido comentário econômico; das discussões literárias ao debate de polêmicos temas sociais.

Nesse sentido, há que se destacar, ainda, o conhecimento do cronista Cony em relação às possibilidades do jornal enquanto “sistema”. Mais do que fatos, o escritor e jornalista percebe outras funções para a crônica nos diários de notícia – “território”, a seu ver, da pura utilidade:

A imprensa moderna, altamente competitiva e cara, não chegou a mutilar o gênero, mas direcionou-o à estratégia geral do que hoje se chama “comunicação”. Numa palavra: exige que tudo o que é veiculado no jornal ou revista, das condições do tempo ao desempenho das bolsas, seja útil ao leitor, seja aquilo que nas redações é chamado de “serviço”. Daí que sobra um espaço reduzido ao cronista sem assunto, sem informação e sem outro serviço que não o estilo mais sofisticado que só será apreciado por determinados leitores e não pela massa consumidora do jornal ou revista.¹⁴

O mais importante a destacar, contudo, diz respeito ao modo como o autor lida com a “matéria humana de cada dia”. Ao discordar veementemente de Rubem Braga – para quem faltava vida na imprensa em geral –, Cony assegura: “Vida é o que não falta no jornal. Há até demais. O que falta é uma qualidade (ou defeito) que foi banida das redações e se tornou a besta-negra do jornalismo: a emoção.”¹⁵. Em seguida, completa o raciocínio:

(...) Desastres, inundações, estupros, explorações da fé e do mercado, remédios falsificados, políticos corrompidos e corruptores, vedetes grávidas – ou a engravidar, bolsas despencando, atletas se dopando – tudo isso é vida. Vida que pode ser bem ou mal descrita pelos cronistas de cada setor. Banida do texto jornalístico, a emoção foi considerada cafona, desnecessária, primária. Nelson Rodrigues reclamava da falta de pontos de exclamação nas manchetes, mesmo nas mais prosaicas. Exemplo: “Pânico na Bolsa de Nova York!” é uma coisa. Sem exclamação é outra.¹⁶

Faz sentido, pois, que Cony ressalte a falta de compromisso, do cronista, com a objetividade ou a informação. Afinal, o autor acaba por extrair, dos acontecimentos noticiados, aquilo que lhe sirva de matéria-prima e, como consequência, garanta, a seu texto, o que Antonio Candido chama de “traços constitutivos da crônica” como “veículo

¹⁴ CONY. *A crônica como gênero e como antijornalismo*, p. E14.

¹⁵ CONY. *A crônica como gênero e como antijornalismo*, p. E14.

¹⁶ CONY. *A crônica como gênero e como antijornalismo*, p. E14.

privilegiado para mostrar de modo persuasivo muita coisa que, divertindo, atrai, inspira e faz amadurecer a nossa visão das coisas”.¹⁷

Em texto metalinguístico, publicado na *Folha de S.Paulo* do dia 6 de dezembro de 2002, Cony discute as características da crônica como gênero híbrido, capaz de “liquidificar” estruturas e recursos do jornalismo e da literatura. Nesse cenário, ao comentar a composição “sistêmica” do jornal, espaço propício à divulgação do trabalho do cronista, o autor recorre a Kafka, a quem atribui a seguinte metáfora:

O que é o jornal? É um periódico, uma coisa feita de período em período. Por mais que pareça incrível, Franz Kafka, que nunca foi realmente um jornalista, tem a imagem mais perfeita que conheço sobre o assunto. Ele compara o jornal a um trem que sai todo dia, num determinado horário, vazio ou cheio, e de determinada plataforma, para chegar a outra. Se estiver lotado, tudo bem. Se estiver com lugares vazios, dará prejuízo, porque cada lugar sem passageiro não poderá ser reciclado, usado uma segunda vez.¹⁸

A partir da metáfora *kafkiana*, Cony destaca, em seguida, o fato de que, em nações subdesenvolvidas, como o Brasil, “espera-se o trem encher, como um lotação, um pau-de-arara. Uma ferrovia civilizada faz o trem cumprir o horário, independentemente de estar cheio ou com lugares vazios”. Afinal, o jornal é

como um trem – dizia Kafka. Tem que sair em determinado dia, ou todos os dias, mas com uma diferença básica em relação aos trens: ele não pode sair vazio. Com assunto ou sem assunto, tem que ocupar todas as suas páginas, seja com anúncios, ilustrações ou textos paralelos, desvinculados de sua função natural, que é a notícia, a informação, o serviço da comunicação propriamente dito. (...) O veículo-jornal, ao contrário do veículo-trem, não pode sair com lugares não ocupados.¹⁹

Eis o mote para que Cony chegue à crônica: “para encher com alguma dignidade o ângulo morto de cada edição, apelou-se, entre outras coisas, para a crônica, que tem uma tradição paralela na história da comunicação humana.” Segundo o autor, nos séculos 16 e 17, o nome “crônica” representava “um gênero-bonde, um gênero-ônibus, onde tudo cabia” sob tal nomenclatura. Em síntese: “Qualquer relato levava o nome de crônica, que tem embutido o conceito de tempo (*cronos*), cobrindo um período, sendo, portanto, um periódico.”²⁰

¹⁷ CANDIDO. *A vida ao rés-do-chão*, p. 19.

¹⁸ CONY. *A crônica como gênero do jornalismo e da literatura*, p. E16.

¹⁹ CONY. *A crônica como gênero do jornalismo e da literatura*, p. E16.

²⁰ CONY. *A crônica como gênero do jornalismo e da literatura*, p. E16.

A constatação de sua “natureza periódica” faria com que, na acepção do autor, a crônica se distanciasse da literatura, que “é, em essência, o oposto do período, do tempo” e procura “ser intemporal, sem vínculo com a data”, já que “nada mais frustrante do que a literatura datada”. Daí, aliás, a conclusão de Cony, para quem a crônica, enquanto “gênero jornalístico ou (...) literário”, seria uma “contrafação”.²¹

A preferência por tal substantivo – que possui como sinônimos os termos “falsificação”, “fingimento” e/ou “simulação” – apresenta-se bastante interessante para a discussão que aqui se pretende realizar em torno das propriedades e possibilidades da crônica. Com o objetivo de superar “o tempo da narrativa jornalística” e, simultaneamente, reinventar a vida cotidiana, por meio de princípios norteadores da narrativa ficcional, o referido gênero narrativo seria realmente responsável por “simular”, “fingir” e/ou “falsificar” a realidade?

A resposta a tal questão – negativa, a nosso ver – inicia-se pela definição da crônica como “ambiente” narrativo autônomo, plurissignificativo, capaz de vencer as pressões do tempo e, de modo sincrônico, reinventar – estética e ficcionalmente – a realidade cotidiana. Ressalte-se, aliás, que, na própria obra do cronista Carlos Heitor Cony, verificam-se, com frequência, as tais “rupturas no manejo da linguagem”,²² responsáveis pelo caráter plurissignificativo do gênero.

Apesar disso, Cony²³ chegará mesmo a “rebaixar” a crônica ao *status* de produto simbólico de consumo rápido – pois que perecível e não resistente, ao contrário de outros típicos gêneros da literatura (o conto, o romance, a poesia), aos “malefícios” do tempo. Em seguida, definirá um novo “lugar” de caracterização da crônica, em sua diária repercussão nas páginas dos jornais:

Comprometido com a notícia, com o fato do dia, o jornal abriu espaços para a comercialização, que o sustenta industrialmente, e para os passageiros robotizados que podem ocupar os lugares vazios de cada edição. Surgiram então as colunas, os “potins”, os “faits divers”, as charges e, naturalmente, as crônicas, que são a expressão mais visível do jornalismo dito literário.²⁴

²¹ CONY. *A crônica como gênero do jornalismo e da literatura*, p. E16.

²² PEREIRA. *Crônica – a arte do fútil do útil e do fútil*.

²³ CONY. *O suor e a lágrima*.

²⁴ CONY. *A crônica como gênero do jornalismo e da literatura*, p. E16.

No de Cony, pois, “jornalismo literário” seria a instância definitiva para enquadramento da crônica, enquanto gênero, no tormentoso dia a dia dos jornais, tais ininterruptos “trens da informação”.

Diante de tais prerrogativas conceituais, há que se discordar do autor, em primeiro lugar, no que se refere à hipótese da crônica como “categoria literária menor” – posto que facilmente destruída pelas “engrenagens” do tempo. Ao contrário, ressalta-se aqui, uma vez mais, a inerente “plurissignificação” do gênero, responsável por lhe garantir autonomia (estética) e múltipla capacidade de “comunicação” com os leitores.

Em outros termos, endossa-se a ideia de que a crônica moderna, enquanto “território” favorável à exacerbação do “eu narrativo”, lida de modo bastante particular com o chamado “tempo cronológico”: em vez do combate à inevitável passagem da vida, interessará ao bom cronista a invenção de temporalidades próprias, a partir de seu modo extremamente peculiar de perscrutar a vida. Daí a capacidade da crônica de ultrapassar os limites do acontecimento presente – o qual lhe serve de ponto de partida – e de consolidar seu vasto poder de comunicação.

Que ela seja compreendida, pois, como estrutura plurissignificativa, capaz de aglutinar, em seu espaço narrativo, elementos de searas as mais distintas. Afinal, conforme destaca Pereira, a crônica “não está no eixo sintagmático nem ocupa o paradigmático, inscrevendo-se, simplesmente, no plano de denotação ou conotação”. Trata-se, na verdade, da “conjunção de elementos lingüísticos e expressões verbais (...) legitimados a partir da linguagem coloquial”.²⁵

De outro modo, Rildo Cosson atenta para a capacidade da ampliação do diálogo entre autores e leitores: “Gênero híbrido, gênero ambíguo, como o livro-reportagem, a crônica é testemunha da mistura possível de jornalismo e literatura em um novo modo de comunicação.”²⁶ Por sua vez, tal “novo modo de comunicação” servirá de contraponto aos princípios, defendidos por Cony, de que a crônica, em essência, estaria subjugada à temporalidade. Afinal, mesmo no que se refere às chamadas “crônicas de época” – que “dialogam” com outras notícias presentes no jornal e nas quais o narrador central aborda fatos atrelados ao que se vive em período predeterminado –, o “eu” narrativo, e sua extensa capacidade de diálogos, acabará por extrapolar os limites da mera cronologia histórica.

²⁵ PEREIRA. *Crônica – a arte do fútil do útil e do útil*, p. 31.

²⁶ COSSON. *Fronteiras contaminadas – literatura como jornalismo e jornalismo como literatura no Brasil dos anos 1970*, p. 97.

Diferentemente da narrativa historiográfica – que, segundo Luiz Costa Lima, “tem por aporia a verdade do que houve” e, caso se lhe retire “essa prerrogativa, ela perde sua função”²⁷ –, a crônica se caracteriza pela multiplicidade de competências e recursos: em primeiro lugar, há que se ressaltar, nela, a presença de elementos do jornalismo e da literatura; em seguida, destaque para os objetivos dos cronistas em “recriar o real”, atitude responsável pela elaboração, na narrativa, de novas reflexões em torno de velhas questões cotidianas; por último, ressalte-se a força da “reorganização” e do “reordenamento”, na estrutura interna do gênero, de “leis que regem o periodismo”²⁸ – quais sejam: a *atualidade*, a *universalidade*, a *periodicidade* e a *difusão* –, como estratégia de superação e ampliação dos tempos da própria narrativa jornalística.

Em resumo, há que se destacar a capacidade da crônica de, ao mesmo tempo, alargar a temporalidade da *narrativa jornalística* e, em função de sua rica proposta de “recriação do real” – assim como da instauração de diálogos com o leitor –, aproximar-se dos elementos, temporalidades e potencialidades da *narrativa ficcional*. Em outras palavras, desse modo é que o gênero, como no ver de Afrânio Coutinho, alcança o *status* de “arte – cujo meio é a palavra –” e se alimenta “da imaginação criadora, visando a despertar o prazer estético”. Nesse sentido, pois, “nada mais literário do que a crônica, que não pretende informar, ensinar, orientar”.²⁹

Em suas crônicas, ao contrário do que apregoa, Carlos Heitor Cony não realiza “literatura menor”, nem se entrega ao vício da referida “contrafação”. Viajante e, ao mesmo tempo, conhecedor das tradições de seu país,³⁰ o autor assumirá, confortavelmente, o posto de “cronista/narrador”, que, ciente da onipresença da morte – característica ressaltada por Walter Benjamin³¹ como vital àquele que narra –, observa o carrilhão da “História” de modo bastante peculiar. Além disso, não haverá espaço, nas crônicas de Cony, para o fingimento: nelas, ao contrário, as realidades do mundo serão criteriosamente redesenhadas com base em informação e sensibilidade.

²⁷ LIMA. *História. Ficção. Literatura*, p. 21.

²⁸ PEREIRA. *Crônica – a arte do fútil do útil e do útil*, p. 32.

²⁹ COUTINHO. *Introdução à literatura brasileira*, p. 305.

³⁰ Ao usar, respectivamente, o termo e a expressão “viajante” e “conhecedor das tradições de seu país”, faz-se referência ao texto “O narrador”, do filósofo alemão Walter Benjamin. (BENJAMIN. *Magia e técnica, arte e política – ensaios sobre literatura e história da cultura*).

³¹ BENJAMIN. *Magia e técnica, arte e política – ensaios sobre literatura e história da cultura*.

Importante ressaltar, ainda, que o cronista não se sentirá obrigado, em seu ofício diário, a explicar – cronológica e detalhadamente – os episódios cotidianos que observa e transforma em discurso. Bastar-lhe-á representá-los, por meio do “eu narrativo”, como “modelos da história do mundo”.³² Nesse sentido, recorrerá, muitas vezes, a ocorrências (aparentemente) banais, por acreditar na ideia de que o “espectro incolor da história” modifica-se no interior do “mulicolorido espectro” da crônica moderna. Que o diga o feixe de cores resultante da emoção, matéria-prima indispensável ao trabalho do cronista, conforme ressalta o próprio escritor carioca:

Não se conclua que a emoção seja simples pontuação. Ela é uma forma de ver o mundo, um estilo de sofrer ou de gozar a vida. Dou o exemplo que mais tenho à mão, que é o meu mesmo. Quando morreu Mila [*a cachorrinha de estimação do autor*], minha maior amiga, passei alguns dias sem escrever a crônica diária na página 2 da *Folha*. Pediram-me que, ao retomar o ofício, explicasse aos leitores que não fora censurado nem reprimido, pois vinha de uma série de artigos contundentes contra o governo da época – que por sinal é o mesmo.

Fiz a crônica sobre a morte de Mila, um texto gemebundo, sangrento na dor que sentia – e ainda sinto, pois ainda não tive coragem de substituí-la.

Houve um surpreendente retorno, a ponto de receber reclamações do serviço de atendimento aos leitores do jornal que desejavam ter acesso ao meu telefone, fax ou e-mail para mandarem mensagens de consolo e carinho. Nada menos jornalístico, nada mais churrascaria.

Antes de ser um leitor, o consumidor de jornal é um ser humano tornado carente pela solidão, pelo egoísmo (próprio e alheio), pelo nenhum sentido da sociedade como um todo. Quando um cara tem coragem de gritar que está sofrendo, fatalmente encontra alguém que o compreende e, algumas vezes, o ama. Isso não dá apenas samba. Dá crônica também.³³

De modo similar ao narrador ideal de Benjamin, Cony aprecia a ideia de, nos termos do filósofo, “recorrer ao acervo de toda uma vida (uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia)”.³⁴

Além disso, sabe narrar, com emoção, “aquilo que sabe por ouvir dizer”, e, por meio de seu “eu” lírico (poético, sentimental) – no específico “território” da crônica –, busca conservar “o dom de poder contar sua vida”, mas, ao mesmo tempo, está dignamente interessado em “contá-la *inteira*”, mesmo que a partir de fragmentos.

³² BENJAMIN. *Magia e técnica, arte e política*, p. 209.

³³ CONY. *Os anos mais antigos do passado*, p. E14.

³⁴ BENJAMIN. *Magia e técnica, arte e política* – ensaios sobre literatura e história da cultura, p. 221.

Defende-se, por fim, que o autor compreende, como sua própria sina, o que Benjamin³⁵ sentencia de modo definitivo: “O narrador é a figura na qual o justo se encontra consigo mesmo.”

Manter-se justo em relação a seus princípios significa, para o cronista Carlos Heitor Cony, abordar narrativamente os movimentos da vida cotidiana, com ênfase nas situações e atitudes causadoras da ruína – física e moral – do homem moderno. O importante a ressaltar, nesse sentido, é o fato de que, nas crônicas, o responsável pela defesa de tais ideais será, sempre, o “eu narrativo” (autônomo e com vasto potencial de implementar diálogos): por meio dele é que o autor – assim como outros cronistas modernos – buscará entrelaçar, de modo plurissignificativo, os microacontecimentos do cotidiano às macrorrealidades da história.

CRÔNICAS DE COMBATE

Se muitas são as narrativas esculpidas pela memória, tantas outras se desenvolvem no calor da hora, ainda sob o pulsar dos acontecimentos. Naquele 1º de abril de 1964, como “testemunha ocular da história”, o cronista percebe que não lhe restarão alternativas, senão responder a tudo no exato instante em que, diante de seus olhos, lateja a vida... E se define a morte. Nas ruas do Rio de Janeiro, ao assistir à movimentação dos tanques – e dos coturnos e dos rifles e de toda a ânsia verde-oliva pelo fim do etéreo “perigo vermelho” –, Carlos Heitor Cony observa a “vitória dos ‘rebeldes’”,³⁶ mas não a compreende de todo.

Afinal, de que forma imaginar tamanha rebeldia da parte de homens como Eugênio Gudin e Augusto Frederico Schmidt, para não falar do almirante Pena Bôto e do Marechal Gaspar Dutra? O que pensar e dizer, então, das mulheres “de terço na mão, chorando porque a ‘revolução’ havia sido ganha” e permanecer impávido diante dos tantos “rosários brandidos pelas pias senhoras”?³⁷ De que modo, por fim, compreender a frase “a revolução foi ganha por nós”, posto que a própria ideia de “revolução”, em tal conjuntura, revelava-se, na visão do autor, inconcebível e incompreensível?

³⁵ BENJAMIN. *Magia e técnica, arte e política* – ensaios sobre literatura e história da cultura, p. 221.

³⁶ CONY. *O ato e o fato* – crônicas políticas, p. 25.

³⁷ CONY. *O ato e o fato* – crônicas políticas, p. 25.

Pois não é que, do pasmo ante os fatos, surgiriam os atos? Justamente das incongruências do tempo nascem as primeiras impressões do cronista acerca do nebuloso golpe militar, então publicadas pelo *Correio da Manhã* já no dia seguinte às cenas presenciadas no Forte de Copacabana. Trata-se, como se sabe, do primeiro de uma série de petardos verbais com destinatário preciso (e de diversa patente): marechais, coronéis e generais responsáveis pela inacreditável “quartelada” que parecia ter paralisado o Brasil.

A partir de 2 de abril, o autor escreveria as 37 crônicas – de “Da salvação da pátria” a “Réquiem para um marechal” –, que, naquele mesmo ano, seriam reunidas no livro *O ato e o fato*, editado pela Civilização Brasileira. De sua coluna no jornal carioca – veículo que, inicialmente, defenderia a atitude dos militares, como reação necessária aos “desmandos” do presidente João Goulart –, o autor passaria a desfiar sua “ira”. E que ninguém se assuste com o uso de tal termo, posto que a intensidade do substantivo mostra-se condizente ao teor e ao tom das narrativas de Cony, as quais, publicadas a cada dois dias, eram ansiosamente aguardadas pelos leitores como

uma espécie de cidadela intelectual em que também resistíamos – mesmo que a resistência consistisse em apenas dizer “É isso mesmo!”, ou “Dá-lhe, Cony!”, a cada duas frases lidas. “Leu o Cony hoje?” passou a ser a senha de uma conspiração tácita de inconformados passivos, cujo lema silencioso seria “Pelo menos eles não estão conseguindo engabelar todo o mundo”.³⁸

Já na orelha da edição original de *O ato e o fato*, Hermano Alves atenta para a ferocidade das crônicas reunidas no livro. O crítico recorre, exatamente, ao substantivo aqui destacado como elucidativo da reação do cronista perante a “quartelada”:

Um acesso de ira de Carlos Heitor Cony trouxe, ao jornalismo brasileiro, algumas de suas melhores páginas panfletárias. E foi uma ira santa a que moveu êsse ex-seminarista que, inda hoje, em cada uma de suas obras de ficção, continua em busca da fé.³⁹

No entanto, para além da procura do cronista pela fé, ressalte-se, como bem comentado por Verissimo,⁴⁰ a representatividade coletiva das crônicas de Cony no aludido período. Ao recolher “fragmentos da vida” em meio à nação inesperadamente sitiada pelo autoritarismo, o autor – sem que o previsse – transforma-se numa espécie de

³⁸ VERISSIMO. A última ironia, p. 8.

³⁹ ALVES. Paratexto: orelha.

⁴⁰ VERISSIMO. A última ironia, p. 8.

porta-voz do pensamento e do sentimento de muitos. O próprio Hermano Alves comenta que

todo mundo reconhecerá que, nesses artigos, refletiu-se a consciência da nação brasileira, ferida em suas tradições e golpeada em suas instituições. Cony falou por todos, na hora em que muitos não podiam dizer palavra e em que tantos outros preferiram silenciar. Ninguém roubará de Cony essa glória, que nós nos orgulhamos de proclamar.⁴¹

Afora Cony, nas semanas subsequentes à “revolução” verde-oliva, parte significativa da mídia nacional – inclusive o depois combativo *Correio da Manhã* – saudaria o movimento como “recurso” necessário ao ordenamento da Federação. Que o diga a edição especial da revista *Manchete*, publicada em abril de 1964, cuja capa estamparia um sorridente Carlos Lacerda,⁴² então governador do ex-estado da Guanabara, extremamente feliz com a instauração, pelas Forças Armadas, do “processo moralizador da nação”. Já na primeira reportagem da série, sob o título “Deus, família e liberdade”, a publicação consagra a hoje histórica passeata pela “ordem civilizatória”:

A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” transformou-se, no Rio, numa verdadeira homenagem às forças armadas, ao ser anunciada a presença do General Olímpio Mourão Filho, de destacada atuação nos recentes acontecimentos. Também compareceram os Marechais Dutra, Magessi, Mendes de Moraes e Segadas Viana. A incalculável multidão concentrou-se ao lado da Candelária, com imagens, terços, bandeiras e cartazes anticomunistas. E dali deslocou-se para a Esplanada do Castelo, onde renovou a impressionante demonstração de fé católica e de confiança no Brasil.⁴³

A partir do Golpe Militar, e diante de tais manifestações sociais de anticomunismo, “fé católica” e “confiança no Brasil”, Cony não conseguiu se calar. Daí os textos solitários do cronista no *Correio da Manhã*, os quais, curiosamente, surpreenderão centenas de leitores, críticos especializados e partidários da esquerda, que, até então, insistiam em ressaltar, como inatos à escrita do autor, apenas o deboche, a rudeza de termos e, com ênfase, a alienação política.

Editor da Civilização Brasileira e colega de Cony no *Correio da Manhã*, Ênio Silveira escreve, no bem elaborado Prefácio da primeira versão de *O ato e o fato*, o

⁴¹ ALVES. Paratexto: orelha.

⁴² Polêmico e combativo, Carlos Lacerda (1914-1977) foi membro da União Democrática Nacional (UDN), vereador, deputado federal e governador do estado da Guanabara, entre 1960 e 1965.

⁴³ REVISTA MANCHETE, p. 4.

definitivo perfil do cronista que – a partir de sagaz observação do cenário político – resolvera enfrentar os “leões” e dizer, na contramare do pensamento hegemônico, o que lhe vinha à mente. Na visão de Silveira, muitos haviam imaginado revoltar-se contra os militares, mas

um jornalista do *Correio*, mais do que qualquer outro, se transformou no panfletário que a hora exigia e a Nação esperava para lavar a face e levantar a cabeça. Seu nome, hoje conhecido em todo o Brasil: Carlos Heitor Cony.

Lobo solitário de feroz individualismo, escritor que se caracteriza pela audácia com que rompe, em seus romances, todos os cânones da hipocrisia burguesa, Cony passou a desempenhar conscientemente o papel de aríete com que os homens livres forçavam as portas da masmorra ditatorial que os notórios inimigos da democracia desejavam construir no Brasil. Paladino sem filiação política, cruzado sem cruz, Cony erguia sua voz e brandia sua pena, qual nôvo Cid, em defesa da dignidade essencial do ser humano, ponto de apoio e meta final de tôdas as ideologias que procurem conduzi-lo a futuro de plena realização.⁴⁴

Com seu “espírito propício ao uso público da razão” – e os olhos abertos às dinâmicas sociais –, Cony segue na contracorrente do pensamento hegemônico, de modo a se tornar figura seminal à interpretação do ambiente sociopolítico no Brasil do pós-golpe. Nesse turbulento cenário, para realmente desempenhar o “papel de aríete” capaz de forçar “as portas da masmorra ditatorial”,⁴⁵ o autor recorre, uma vez mais, ao “território narrativo” onde se acostumara à “arte de falar mal”: só mesmo a crônica seria capaz de garantir a agilidade e a exposição necessárias ao cumprimento dos objetivos de sua ira.

Afinal, no espaço plurissignificativo da crônica, o “eu narrativo” teria a possibilidade de, ao mesmo tempo, instaurar profícuos diálogos com o leitor; questionar atos, fatos e princípios – tanto dos vitoriosos quanto dos vencidos –; denunciar abusos de poder; realizar análises conjunturais; além de recorrer à analogia, à metáfora e à ironia, como forma de suportar e compreender as arbitrariedades de uma nação sitiada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas crônicas de *O ato e o fato*, percebe-se, de antemão, a riqueza da narrativa, “ambiente” onde retórica, panfletagem, informação, denúncia, filosofia, poesia,

⁴⁴ SILVEIRA. Prefácio: “A farsa de abril ou o mito da honradez cívica”.

⁴⁵ SILVEIRA. Prefácio: “A farsa de abril ou o mito da honradez”.

imagética, sarcasmo, ironia e humor articulam-se simbioticamente, de modo a estimular múltiplas reações no leitor. Ao abordar questões políticas, sociais, comportamentais etc., o cronista não se limita, por um lado, à descrição histórico-jornalística dos acontecimentos, e, por outro, ao vigor das epifanias literárias. De forma inesperada, Cony prefere estimular o diálogo com o leitor – o consumidor de sua coluna, e não necessariamente o leitor de seus romances – por vertentes, digamos, mais complexas.

Como forma de discutir o ambiente sociopolítico brasileiro pós-Golpe e, ao mesmo tempo, estimular a reflexão – e o espírito dissidente – em seu leitor, o autor recorre a três estratégias narrativas, conscientemente desenvolvidas nas crônicas de *O ato e fato*. Trata-se, em síntese, da tríade de recursos linguísticos, retóricos e temáticos responsáveis, nos textos de Cony, por uma série de efeitos, entre os quais: a construção – imagética e verbal – de um País particularíssimo, cujos indivíduos, atitudes e males são devidamente observados, dissecados e, por vezes, denunciados; a conclamação à dissidência – política, social, comportamental, etc. –, único meio eficaz de resistência ao autoritarismo estabelecido; a degradação dos sujeitos – indivíduos e/ou instituições – tidos por mentores da “quartelada” e, por fim, a “pintura” da falência dos homens modernos e seu “projeto falido”.

No espaço plurissignificativo da crônica – em que realidade e ficção frequentam-se animadamente –, o autor transforma seu engajamento sociopolítico em discurso polissêmico, como resultado da rica soma entre o registro jornalístico-historiográfico dos acontecimentos e a imaginação crítica do “eu narrativo”, o que resultará em “retratos” caleidoscópicos – posto que fragmentados – da realidade brasileira.

Desde os passos iniciais da “revolução que retrocede”, Cony não aceita as condições, imposições e propostas sociopolíticas dos vencedores. Daí a necessidade de “reinvenção do real”; daí a recorrência à prática textual plurissignificativa responsável – por meio de colagens várias – pela denúncia dos trambiques, absurdos e indecências do poder. Daí, pois, a composição dos inflamados (e instigantes) discursos de “protesto”, nos quais informação e ficção, intimidade e história, jornalismo e literatura parecem notas de uma mesma sinfonia.

Em seus textos de resistência ao Golpe Militar de 1964, Cony busca, em primeiro lugar, fortalecer as possibilidades de exposição do “eu narrativo”, que, autônomo, direto, agressivo e panfletário, revigora-se, crônica a crônica, ao apresentar suas próprias versões para os fatos do Brasil sitiado, assim como ao denunciar e perfilar os responsáveis pelo mal que se apossara do País. Nesse cenário, o cronista também

recorre a amplo volume de dados históricos e/ou jornalísticos – muitos dos quais, inéditos –, de modo a tornar amplamente credível o espaço narrativo da crônica como “fonte de informação”. Há que se ressaltar, nesse sentido, o estímulo, por parte do autor, em intensificar, parágrafo a parágrafo, a relação entre o “eu narrativo” e o “carrilhão” da história.

Como segunda estratégia narrativa, o cronista investe na ampliação de seu diálogo com o leitor, por meio, principalmente, da conclamação à luta, expressa, inúmeras vezes, pelo uso da *primeira pessoa do plural*. No que se refere a tal “dialogismo”, percebem-se, ainda, a recorrência a conversas diretas entre o autor e seus interlocutores, o uso de imagens e/ou descrições de cenas aparentemente capazes de “transportar” os leitores ao “terrível palco” dos acontecimentos e a repetição de termos e expressões capazes de estimular, no outro, o sentimento de identificação às causas propostas e/ou debatidas. Como resultado de tal iniciativa, ressaltem-se as inúmeras cartas recebidas por Cony, no *Correio da Manhã*, ao longo dos meses de abril e junho de 1964, com importantes denúncias – muitas das quais, transformadas em crônicas – acerca das atrocidades do regime.

Como “terceira via” estratégica de ação, Cony aborda com frequência, direta ou indiretamente, temáticas relativas às condições de sub-humanidade, enfrentadas, após o Golpe Militar, por ampla parcela da população brasileira. Desse modo, o cronista pretende, uma vez mais, denunciar a progressiva falência da raça humana sobre a face da Terra. Diante da nação sitiada, afinal, que alternativa restaria ao cronista, senão o investimento em profícuos diálogos com o leitor, por meio dos quais se torna possível, ao mesmo tempo, estimular a reflexão em torno dos atos e fatos da nação; denunciar abusos do poder hegemônico; lutar pela dignidade da condição humana ou, simplesmente, dividir com outrem o (enorme) peso do despotismo institucionalizado?

Há que se enfatizar, por fim, a importância das narrativas de *O ato e o fato* – na totalidade da obra literária e jornalística de Carlos Heitor Cony – como exemplos contundentes da acurada e intensa reflexão do autor em torno da temática tida, por ele próprio, como a primeira e única razão de sua escrita: o homem e suas vicissitudes. Em linhas gerais, eis a temática a que o escritor se dedica, reflexiva e permanentemente, não só nas crônicas de resistência, mas também nos romances, nos contos e nas adaptações. Em outros termos, fazer literatura significaria, para Cony, a possibilidade de perscrutar os desejos – nem sempre dignos e altruístas – da humanidade.

ABSTRACT

The present article intends to investigate the narrative strategies of the writer and journalist Carlos Heitor Cony, in the chronicles gathered in the book *O ato e o fato*, published in 1964, the year of the outbreak of the Military Coup that would lead Brazil to 21 years of dictatorial rule. In his texts, the author attempts to increase the (aesthetic) capacity of the chronicle to promote resistance to the authoritarian movement.

KEYWORDS

Brazilian literature, chronicles, Military Coup 1964,
Carlos Heitor Cony

REFERÊNCIAS

- A CRÔNICA – o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas, SP: Ed. Unicamp; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1992.
- ALVES, Hermano. Paratexto: orelha. In: CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato – crônicas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política – ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas I*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOLETIM BIBLIOGRÁFICO – Biblioteca Mário de Andrade. São Paulo: v. 46 (n. 1/4). Jan. a dez. de 1985. (Número dedicado à crônica).
- CADERNOS DE LITERATURA. São Paulo: Instituto Moreira Salles, n. 12 – Carlos Heitor Cony, dez. 2001. 159p.
- CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: SABINO, Fernando. A última crônica. In: *Para gostar de ler – crônicas*. Carlos Drummond de Andrade et. al. V. São Paulo: Ática, 1980. v. 5. p. 4-13.
- CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: *A crônica – O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Ed. Unicamp; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1992.
- CONY, Carlos Heitor. *Da arte de falar mal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato – crônicas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964a.
- CONY, Carlos Heitor. Prefácio do autor. In: CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato – crônicas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964b.

- CONY, Carlos Heitor. *Posto seis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- CONY, Carlos Heitor. *Extra Classe*, set. 1997. Disponível em: <<http://www.sinpro-rs.org.br/extra/set97/entrevis.htm>>. Acesso em: 27 out. 2009. Entrevista concedida a César Fraga.
- CONY, Carlos Heitor. *Os anos mais antigos do passado*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- CONY, Carlos Heitor. A crônica como gênero e como antijornalismo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 16 out. 1998. Ilustrada, p. E14.
- CONY, Carlos Heitor. *O harém das bananeiras*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.
- CONY, Carlos Heitor. *Os anos mais antigos do passado – crônicas*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- CONY, Carlos Heitor. *O suor e a lágrima*. Belo Horizonte: Dimensão, 2002.
- CONY, Carlos Heitor. A crônica como gênero do jornalismo e da literatura. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 6 dez. 2002. Ilustrada, p. E16.
- CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato – o som e a fúria das crônicas contra o Golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004a.
- CONY, Carlos Heitor. *A revolução dos caranguejos*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004b.
- CONY, Carlos Heitor. *O tudo e o nada*. São Paulo: Publifolha, 2004c.
- CONY, Carlos Heitor. *Eu, aos pedaços – memórias*. São Paulo: Leya, 2010.
- COSSON, Rildo. *Fronteiras contaminadas – literatura como jornalismo e jornalismo como literatura no Brasil dos anos 1970*. Brasília: Ed. UnB, 2007.
- COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Sul-Americana, 1983.
- COUTINHO, Afrânio. Crônica. In: _____. *Notas de teoria literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 79-84.
- LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção*. Literatura. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- MANCHETE. Rio de Janeiro, abr. 1994. Ano 11. Edição histórica, p. 4.
- PEREIRA, Wellington. *Crônica – a arte do fútil do útil e do fútil*. Salvador: Calandra, 2004
- SILVEIRA, Ênio. Prefácio: “A farsa de abril ou o mito da honradez cívica”. In: CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato – Crônicas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- VERISSIMO, Luis Fernando. A última ironia. In: CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato – o som e a fúria das crônicas contra do Golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.